

ATA NÚMERO TRÊS

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE TAVIRA, REALIZADA NO DIA VINTE E
NOVE DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL E TREZE ____

----Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano dois mil e treze reuniram, na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, com a seguinte Ordem de Trabalhos: _____

1. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 181/2013/CM, referente à Determinação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e de participação no IRS; _____
2. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 183/2013/CM, referente à EMPET – Empresa Municipal de Parques Empresariais de Tavira EM – Nomeação de Fiscal Único; _____
3. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 184/2013/CM, referente à TaviraVerde – Empresa Municipal de Ambiente EM SA – Nomeação de Fiscal Único; _____
4. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 185/2013/CM, referente à Alteração da composição do Júri para o procedimento concursal para provimento do cargo de Chefe de Divisão de Planeamento, Turismo, Relações Públicas e Fiscalização (351-Div/13); _____
5. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 186/2013/CM, referente à Alteração da composição do Júri para o procedimento concursal para provimento do cargo de Chefe de Divisão de Cultura, Património e Museus (353-Div/13); _____

----O Presidente da Assembleia Municipal, José Otílio Pires Baia, declarou aberta a sessão pelas vinte e uma horas e oito minutos. _____

----Pelo Presidente da Assembleia foi efetuada a chamada, tendo-se registado presentes os membros Ângelo Filipe Silva Pereira, Artur António Guerreiro Sanina, Carlos Alberto Pires Rodrigues, Carlos Manuel Viegas de Sousa, Cristela da Cruz Pereira Martins, Dinis Manuel da Palma Faísca, Hugo Daniel Santos Gomes, João Afonso Cunha Rego de Carvalho, João Eduardo da Silva Trindade, José Epifânio Martins da Graça, Joaquim José Brandão Pires, José Liberto da Conceição Graça, José Mateus Domingos Costa, José Otílio Pires Baia, José Vitorino Rodrigues Pereira, Leonardo António Gonçalves Martins, Luís Filipe Rosado Vicente Beato, Maria Helena Correia Bartolomeu Silva, Maria Otília Martins Cardeira, Muriel Cristina Dias, Nuno Filipe Gonçalves Diogo, Ricardina Pereira Alcaide Jesus, Sílvia Alexandra Sanches Soares e Sílvio Edgar Assis Fernandes. _____

----O Segundo Secretário, Jean Pierre Patrick Rancher solicitou a substituição tendo sido substituído por Filipe Vasques Nascimento Neto Lopes, substituído por Ana Gracieta Mendes Coelho, substituída por Maria Helena Correia Bartolomeu Silva. _____

----Os membros Anabela Lourenço Fernandes dos Santos e José Alberto Correia solicitaram a substituição tendo sido substituídos por Nuno Filipe Gonçalves Diogo e Maria João Teixeira Dias dos Anjos, respetivamente. _____

----A Membro Maria do Rosário Brás Cavaco Ferreira Afonso solicitou a substituição tendo sido substituída por Hugo Daniel Santos Gomes. _____

----O Presidente da Assembleia informou que iam iniciar mais uma reunião extraordinária e que o Segundo Secretário da Mesa, o Membro Jean Pierre Patrick Rancher não iria estar presente, pelo que por antecipação, já tinha convidado a Membro Maria Helena Correia Bartolomeu Silva para fazer parte da mesa. _____

----O Presidente da Assembleia referiu que antes de continuar ia solicitar à Membro Cristela da Cruz Pereira Martins que se dirigisse à Mesa a fim de tomar posse visto não ter sido possível estar presente na sessão da tomada de posse realizada em outubro transato. Tal como a Lei previa, a Membro tomaria posse na primeira reunião em que participasse. _____

----O Membro Antero Arcanjo Mendes Romeira entrou na sala às vinte e uma horas e treze minutos. ____

----O Presidente da Assembleia informou ainda que o Membro Luís Filipe da Conceição Gago da bancada do PS – Partido Socialista, tinha solicitado a renúncia do mandato tendo sido substituído pela Membro imediatamente a seguir na lista, Anabela Lourenço Fernandes dos Santos que não estava presente por motivos de ordem profissional. _____

----Continuou referindo que antes que o questionassem pretendia esclarecer que na Ordem de Trabalhos continuava a constar que a reunião terminava com um período de intervenção do público. Não se tratava de qualquer lapso dado este se ter verificado na anterior sessão uma vez que efetivamente, no Regimento de funcionamento constava, em determinada altura, que todas as reuniões tinham intervenção do público, sendo que, apenas o período antes da Ordem do Dia e a informação do Presidente da Câmara Municipal que não aconteciam nas sessões extraordinárias. _____

----Dando início à Ordem de Trabalhos passava à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 181/2013/CM, referente à Determinação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e de participação no IRS, que na prática tinha sido o ponto que tinha forçado a realização daquela sessão da Assembleia. Passou a palavra ao Presidente da Câmara. _____

----O Presidente da Câmara informou que ainda iriam solicitar a realização de outra Assembleia Municipal para a aprovação do orçamento. Aquela Ordem de Trabalhos tinha poucos pontos porque para a elaboração do orçamento ainda necessitavam de mais algum tempo. _____

----Relativamente ao ponto número um da Ordem de Trabalhos tinham que transmitir aqueles dados aprovados ao Ministério das Finanças até ao dia trinta do corrente mês. Assim, após deliberação daquela sessão, os dados teriam que ser transmitidos até ao dia seguinte ao Ministério das Finanças

para o cumprimento do prazo estipulado. _____

----A proposta era muito simples. Como os membros sabiam, doze por cento de todos os impostos cobrados em Portugal diziam respeito a receitas municipais, sendo oitenta e oito por cento receitas nacionais. A Câmara tinha três impostos que representavam receitas, o Imposto Único de Circulação, o IMT – Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e o IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis. Como sabiam a derrama municipal em Tavira tinha sido abolida por deliberação daquela Assembleia, sendo que no corrente ano aquele imposto já não existia e também não estava previsto. Assim, basicamente a proposta que apresentavam eram para a manutenção das mesmas taxas do ano transato. _____

----A taxa do IMI podia estar compreendida entre zero vírgula três e zero vírgula cinco por cento sendo que tinham proposto zero vírgula quatro. A taxa do IMI dos prédios não avaliados, que cada vez eram menos, situava-se entre zero vírgula cinco e zero vírgula oito, sendo que propunham zero vírgula sete que se tratava de um valor residual. Propunham também que a penalização do IMI para os prédios nos cascos históricos que não estivessem reabilitados fosse de trinta por cento como tinha vindo a ser grande tradição no Município para o que também tinham aprovado a ARU – Área de Reabilitação Urbana para que aquela situação não se verificasse e que os proprietários pudessem recuperar os imóveis sem pagamento de taxas. Propunham que o IRS - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares fosse de cinco por cento que correspondiam à taxa máxima prevista por Lei. _____

----A proposta que apresentavam era aquela porque não era possível desagrar os impostos. Até à presente data a receita do IMI da Câmara Municipal ainda era inferior à do ano transato por haver uma parte importante, uma tranche que ainda iria ser transferida, da qual não sabiam o valor. Supunham que não seria superior ou seja, que ultrapassasse o valor do ano anterior porque, como os membros sabiam, existia a cláusula de limitação dos setenta e cinco euros que era a cláusula de não aumento para um conjunto de agregados prevista em Orçamento do Estado. O certo era que, no corrente ano, o valor ainda não tinha sido transferido, pelo que os constrangimentos existiam e refletiam-se verdadeiramente no orçamento que estava a ser elaborado. Assim, relativamente ao que dispunham tinham que efetuar uma boa planificação fiscal relacionada com as receitas por forma a conseguirem realizar com alguma tranquilidade. _____

----Não tinham condições para baixar as taxas mas também não as iam agravar, mantendo-as num clima de rigor que era a forma como estavam a realizar a gestão municipal. Assim, como ainda não tinham todos os parâmetros para poderem avaliar melhor, seriam conservadores naquele aspeto, mantendo as taxas como estavam no ano anterior, zero vírgula quatro para os prédios avaliados, zero vírgula sete para os prédios não avaliados, cinco por cento no IRS e o agravamento em trinta por cento do IMI no caso dos prédios degradados no centro histórico. _____

----Acrescentava ainda, para que tivessem uma ideia, que no corrente ano o valor do IMI estava a descer cerca de dez por cento, e o valor do IMT cerca de dois a três por cento. O valor previsto para o IMI era de cerca de seis milhões de euros, sendo que o do IMT se ficaria por volta dos dois milhões de euros. Assim, se aquela situação se mantivesse, fechariam o ano de acordo com as previsões, com aquela ordem de grandeza de valores. No ano transato, o valor do IRS tinha sido de cerca de seiscentos e trinta mil euros que constaria do relatório de contas quando o apresentassem. _____

----Para concluir, o Presidente da Câmara referiu que iriam verificar quais seriam os valores para o ano seguinte pois ainda não dispunha do seu apuramento final. _____

----O Presidente da Assembleia abriu o período de discussão daquela proposta e passou a palavra ao Membro Antero Romeira. _____

----O Membro Antero Romeira disse que pegando nas palavras do Presidente da Câmara, a CDU – Coligação Democrática Unitária, como sempre, tinha propostas alternativas. Assim a taxa que propunham era de zero vírgula trinta e cinco por cento em vez dos zero vírgula quarenta por cento porque, tal como o Presidente da Câmara já tinha referido, havia as razões económicas das famílias e das empresas por aquele imposto, tratando-se de um imposto direto, ter um impacto imediato no rendimento e, considerando o IMI cobrado no ano de dois mil e doze, e podiam corrigi-lo se estivesse errado, tinha sido de seis milhões, sessenta e quatro mil, vinte e três euros e vinte e um cêntimos, o que refletia um acréscimo relativamente ao ano de dois mil e onze de três vírgula trinta e um por cento. ____

----Tal como o Presidente da Câmara tinha acabado de mencionar, para o ano de dois mil e quinze, ao ser retirada a cláusula de salvaguarda, tanto as famílias como as empresas iriam ser penalizadas em muito, ou seja, em três anos, até setenta e cinco euros ou um terço. A proposta poderia ser algo demagógica, contudo possibilitava que o Concelho de Tavira se diferenciasse de outros, apesar de já se verificar alguma diferenciação, pois considerava que a oposição não devia apenas colocar críticas ou alterações tendo também que elogiar quando as medidas tomadas eram boas, como era o caso da derrama. Assim, se o IMI fosse reduzido para zero vírgula trinta e cinco, esse facto iria constituir mais um indicador de diferenciação relativamente a outros Concelhos e ainda, relativamente à parte industrial, com a força de divulgação efetuada pela EMPET - Parques Empresariais de Tavira, E.M. por forma a atrair indústria para o Concelho, atraindo pessoas e vários setores da economia, seria portanto, mais um importante indicador. Era evidente que, e dado que o IMI tinha aumentado ao longo dos últimos anos, continuando a aumentar, no ano de dois mil e quinze, quando fosse retirada a cláusula de salvaguarda, este valor sofreria um aumento considerável. Não apontava como valor zero vírgula trinta porque representava aproximadamente um milhão e meio de euros que certamente teriam impacto no orçamento da Câmara. Contudo, até porque sabia que o Presidente da Câmara tinha sensibilidade social no sentido de auxiliar os que necessitavam, o que considerava importantíssimo e, tendo analisado o

relatório através do certificado, e considerando que poderiam cortar um pouco mais na despesa, pretendia perguntar ao Presidente da Câmara porque analisavam apenas a receita podendo também atribuir algum impacto na despesa pela falta de receitas. _____

----Para concluir referiu que a pergunta de pretendia formular ao Presidente da Câmara e, sendo que no certificado de contas do relatório de gestão do ano de dois mil e doze existia um ativo gerido pela TaviraVerde – Empresa Municipal de Ambiente, EM. e tendo o Presidente da Câmara nomeado recentemente uma pessoa responsável, que considerava competente e que certamente analisaria muito bem as questões, indagava se a gestão daquele ativo estava a ser liquidada pela Câmara. _____

----O Presidente da Câmara questionou sobre qual era o ativo a que o Membro se referia. _____

----O Membro Antero Romeira explicou que se tratava do ativo referente à rede de saneamento básico. No relatório constavam cinco milhões, tendo-se verificado uma desvalorização de, aproximadamente trezentos e setenta e seis mil euros no ano de dois mil e onze, sendo que um ativo que valia cinco milhões e quinhentos e setenta e sete mil euros, presentemente tinha o valor de cinco milhões e duzentos e um mil euros. Questionava se a TaviraVerde estava a liquidar alguma contrapartida à Câmara Municipal e se a Câmara estava a pagar os consumos de água das infraestruturas. _____

----Assim, se fosse possível, de alguma forma e em caso da resposta ser negativa, considerava que a pessoa nomeada pelo Presidente da Câmara deveria ser alertada e sendo assim já poderiam, tal como o Presidente da Câmara tinha dito, ter alguma margem de manobra para colocar um ponto referenciador na economia do Concelho, pelo que a proposta da CDU era de zero vírgula trinta e cinco por cento. _____

----A Membro Muriel Dias referiu que a bancada do MT – Movimento por Tavira tinha estado a apreciar a proposta do Membro da CDU e não iriam efetuar qualquer proposta alternativa por considerarem que não dispunham de elementos para tal, pois não sabiam qual seria o impacto que teria para a Câmara ao efetuarem a alteração das percentagens do IMI. Queria ainda aferir que não iriam pronunciar-se muito sobre o assunto devido ao facto de considerarem que faltavam ali elementos sendo que lamentava que não dispusessem do orçamento da Câmara. _____

----O Membro Antero Romeira referiu que a alteração proposta originava uma conta muito simples de efetuar tendo um impacto de doze e meio por cento na receita. _____

----A Membro Muriel Dias insistiu que não sabiam qual seria o impacto. Sabiam que atualmente era muito difícil para a Câmara proceder àquela alteração. Compreendiam a posição da CDU sendo que era a das famílias, pelo que, seria bom que pudessem baixar todas as taxas, o que não era possível. _____

----O Membro Antero Romeira reiterou que quando a cláusula de salvaguarda fosse retirada, haveria casos de aumento para o dobro. Com a descida dos rendimentos, cortes na função pública tornava-se muito difícil. Colocava pois a proposta à consideração. _____

----O Membro João Carvalho referiu que compreendia que o Governo, que tinha que salvar um País,

recorresse a impostos para pagar uma dívida. Porém, considerava que a Câmara não tinha aquela obrigação, pois não tinha nada a salvar. Assim, a questão que colocava era se o Presidente da Câmara, dentro de quatro anos, iriam apresentar alguma desculpa de que o Governo não tinha ajudado e quais eram as suas expectativas relativamente às receitas, pois parecia que não iria verificar-se falta de verba. Era pois, aquela a sua dúvida, sendo que não sabia porque é que numa situação normal em que não tinham que salvar nenhuma cidade, nenhum Concelho, iriam sobrecarregar tantas pessoas. _____

---O Presidente da Assembleia indagou se havia mais alguma questão e passou a palavra ao Membro Brandão Pires. _____

---O Membro Brandão Pires disse que aproveitava para saudar os deputados daquela legislatura do Município de Tavira pois não tinha estado presente na sessão anterior. _____

---Quanto à proposta formulada considerava que, logicamente era séria com boa fundamentação, contudo tinha dificuldade, até porque tinha regressado há pouco tempo não tendo por isso estado presente na reunião de preparação daquela Assembleia e portanto não dominava como o colega aquele tema em particular, e a simulação das contas que tinha efetuado. Todavia considerava que, mais que nunca, aquele era um ano de grande imprevisibilidade nas receitas da Câmara Municipal por não se saber ao certo como a economia ia evoluir. Os dados que no passado podiam ser mais ou menos certos, presentemente não eram, não sendo possível por não disporem de elementos, aliás dando sequência à intervenção da Membro Muriel Dias, opinarem sobre aquela alteração em concreto, por ser necessário ter a visão completa para perceber como as várias variáveis que intervinham na receita da Câmara poderiam evoluir. _____

---Continuou referindo que era evidente que se podia simular, relativamente à desvalorização do ativo da TaviraVerde, provavelmente teria razão, mas considerava que a Câmara, perante a incerteza relativa à variabilidade das receitas, tinha tomado a atitude acertada que era a de manter as taxas, sendo que veriam como iriam evoluir no futuro. Não sabia se tinha sido aquela ponderação que tinha prevalecido na opinião da Câmara quanto à manutenção daquela proposta, mas daquele ponto de vista parecia-lhe correta. Não tinha dúvidas, como o Membro tinha dito na sua intervenção, que o Presidente da Câmara tinha sensibilidade social, que a argumentação utilizada tinha sido correta, que interessava captar investimento para Tavira e que estavam todos de acordo em fazer o melhor por Tavira, independentemente das diferentes opiniões e caminhos para o atingir, mas aquela era outra questão. _

---Para concluir referiu que, sinceramente não sabia se era possível descer a taxa como proposto, que consequências teria sobre o orçamento face à variabilidade ou imprevisibilidade da variação das receitas do ano seguinte, pelo que lhe parecia uma atitude sensata por parte da Câmara, a manutenção das taxas. _____

---O Presidente da Câmara agradeceu todas as intervenções considerando umas mais responsáveis que

outras, algo populistas. Obviamente que quando propunham uma taxa de zero vírgula quatro, até ele próprio gostaria de desagrá-la permitindo-lhe pagar menos do seu IMI e também não considerava que a Câmara necessitasse de ter mais verba do que efetivamente precisava para não ter *deficit* pois estavam a alcançar um patamar em que o orçamento, como os membros teriam oportunidade de verificar quando ali fosse apresentado, era um orçamento muito realista diferente daquele que tinham herdado há quatro anos atrás cuja despesa era de cinquenta e oito milhões de euros para uma receita que rondava os vinte e oito milhões o que traduzia a vasta criatividade nas contas com a introdução dos mais variados cabimentos que posteriormente se veria quando seriam liquidados. No ano transato, tinham aprovado um orçamento de vinte e nove, trinta milhões de euros, tendo incorporado o saldo de gerência. Estavam pois, a trabalhar com aquele orçamento bastante limitado, completamente no limite da despesa sendo que não podia existir criatividade naquele processo, o que considerava bem, tendo que acomodar o nível da despesa, tanto corrente como capital, e a perspectiva da receita. _____

----Acrescentou que considerava não haver um Governo mais instável que o atual, que num dia tinha uma opinião e alterava no dia seguinte, sendo pois aquele o patamar em que se encontravam. Estavam a elaborar um orçamento sem saberem a receita que iriam ter porque sabiam que o Estado relativamente às transferências correntes, do Fundo Geral Municipal, tinha cortado cinco vírgula vinte e cinco por cento o que equivalia a trezentos e quarenta e um mil euros que acrescentavam ao corte de cinco por cento verificado no ano anterior. Era pois aquela a realidade, bastando para a confirmar verificar o Orçamento do Estado e constatar, no mapa de transferências, que a Câmara Municipal de Tavira recebia todo aquele valor a menos, pelo que tinham que acomodar os trezentos e quarenta e um mil euros de perdas. _____

----Era do conhecimento de todos, aliás referido em determinada altura por Pedro Passos Coelho e Paulo Portas, que era muito mais fácil subir impostos do que baixar a despesa, sendo que felizmente parecia que a despesa começava a baixar depois de todo o tempo em que se tinham aumentado os impostos. Assim, na Câmara de Tavira, a despesa corrente também estava a baixar sendo que a perspectiva era de ser possível baixar o nível dos impostos sustentavelmente de modo a poderem ir acomodando o que tinha, o que não era tarefa fácil porque ainda se lembrava do valor inicial e qual era o padrão atual. Considerava que tinham condições para desagrar no futuro, contudo no ano transato tinham tido que optar, pelo que tendo subido a receita para zero vírgula cinco em setembro, tinham apresentado em novembro proposta para que esta fosse desagrada para zero vírgula quatro porque não necessitavam daquele agravamento. Aquela alteração equivalia ao não recebimento de cerca de um milhão de euros mas, ao cabo de dois meses, tinham dado o dito por não dito e proposto àquela Assembleia a alteração para zero vírgula quatro porque anteriormente existia uma incerteza quanto à possibilidade de acomodar a despesa como tinha sido conseguido. _____

----O Presidente da Câmara mencionou que quanto ao ano seguinte havia fatores de que não dispunha. As Finanças tinham-lhe comunicado que apenas transfeririam o valor final da liquidação por volta do mês de fevereiro e se questionasse sobre o montante, diziam desconhecer. _____

----Estavam de facto a ser conservadores, não dizia que a proposta fosse boa pois ele próprio também queria pagar menos, mas para o ano de dois mil e catorze não era realista. O realismo era pois continuar a ser conservador perspetivando baixar a despesa e como não estavam em período eleitoral, que mesmo nesse período a despesa não tinha derrapado até porque a corrente Lei dos Compromissos não o permitia, sendo que tinham uma margem muito curta, e não querendo deixar faturas para pagar estando tudo contabilizado, após pensar e maturar sobre a questão podendo ter optado por zero vírgula trinta e cinco, trinta e seis ou trinta e sete, retirando de um lado para outro, tinham ponderado que zero vírgula quarenta seria a taxa adequada para o ano de dois mil e catorze. Quanto à cláusula de salvaguarda, no corrente ano havia uma parte que tinha mantido, não sabendo se as regras mudariam, apenas sabendo que o IMT acabaria no ano de dois mil e dezassete. _____

----O Membro Antero Romeira referiu que o Presidente da Câmara sabia que a base tributária iria aumentar. _____

----O Presidente da Câmara responde que certamente tinha conhecimento porque era calculada pela atualização das matrizes, contudo como a cláusula de salvaguarda ainda não estava quantificada, sendo os setenta e cinco euros a mais, e como havia um conjunto de prédios novos a partir do ano de dois mil e três, cuja atualização já não tinha sido efetuada porque o valor já se encontrava liquidado, era necessário saber qual seria a conta final. Tinham havido matrizes que tinham sido atualizadas, sujeitas à cláusula de salvaguarda, mas havia muitos prédios, especialmente os construídos por altura do “boom” da construção que se tinha iniciado nos anos de dois mil e quatro e dois mil e cinco, que já tinham sido avaliados pelo CIMI – Código do Imposto Mobiliário sobre Imóveis, pelo que assim que dispusesse dos valores finais da liquidação, ele próprio ali os apresentaria. _____

----Continuou referindo que tinha havido uma prioridade evidente e que era a de desagravar as empresas e a localização de modo a criar emprego. Assim, nos últimos quatro anos, e tinham-nos feito de forma gradual, tinham prescindido da receita da derrama que, quando tinham iniciado funções, representava, quinhentos e oitenta e três mil euros, sendo aquele o valor que tinham devolvido à sociedade. Obviamente que a adoção de taxa de zero vírgula trinta e cinco seria boa, contudo constituía um valor que não podia apresentar sob pena do orçamento se vir a ressentir uma vez que não sabia qual seria a receita para o ano de dois mil e catorze. Relativamente ao ano de dois mil e quinze, veriam se conseguiriam desagravar os impostos, que acreditassem que era a primeira medida que tomaria porque não pretendiam ter “balões de oxigénio” ou verba no banco. Presentemente, a questão do dinheiro no banco já nem se punha porque embora pudesse estar no banco estava todo comprometido devido aos

fundos disponíveis por se tratar de uma fórmula de cálculo. O que contava era a capacidade de pagar as dívidas a noventa dias sendo que a Câmara Municipal não tinham uma margem muito larga, como nenhuma Câmara tinha, havendo inclusivamente Câmaras que estavam com cem milhões de euros negativos. No ano transato, por altura do mês de setembro tinham perto de oito milhões de euros de fundos disponíveis negativos não lhes permitindo comprar nada, sendo que a situação tinha vindo a melhorar e em igual período do ano transato já estava mais equilibrada, todavia, em setembro a situação tinha sido muito complexa. _____

----Considerava bem que o Membro se tivesse referido aos direitos de passagem da TaviraVerde. Tinha sido Presidente não executivo da TaviraVerde durante os últimos quatro anos e da avaliação que tinha efetuado, tinha concluído que a empresa necessitava de um Presidente Executivo que estivesse a tempo inteiro, fosse ponderado, responsável e que percebesse e gostasse de contabilidade. Assim, o novo Presidente Executivo iria iniciar funções no dia um de dezembro seguinte sendo que esperava obter resultados. A questão dos direitos de passagem, da rede, valia cinco milhões de euros, como constava no relatório do ROC – Revisor Oficial de Contas que o Membro tinha consultado, constando no registo para o Tribunal de Contas. Tratava-se de uma questão antiga que estava relacionada com o contrato de gestão, sendo que pretendiam que a TaviraVerde pagasse os direitos de passagem, contudo parecia que o constante no contrato de gestão inicial nunca tinha sido cobrado à TaviraVerde e o direito de passagem da rede primária constituía uma parte substancial dela tendo outra parte já sido substituída pela própria TaviraVerde. Assim, tinham alguma dificuldade em saber qual a parte da rede primária existente e qual a construída por que algumas partes tinham sido reabilitadas. Referiu que aquela questão constava no relatório e era uma questão para tentarem resolver. _____

----Quanto à questão sobre se a Câmara pagava à TaviraVerde, todos os meses liquidava a água, saneamento e espaços verdes, sendo que a fatura rondava os cento e sessenta mil euros mês, podendo referir que o pagamento se encontrava efetuado até ao último mês. Quando tinham tomado posse, há quatro anos, a TaviraVerde era credora da Câmara em média, de dez, onze meses ano, pelo que não podiam reclamar dado que quem devia geralmente não tinha nada a reclamar. _____

----Para concluir, o Presidente da Câmara disse que relativamente à proposta do Membro João Carvalho, as eleições já tinham terminado há cerca de dois meses estando já no final do primeiro mês de atividade. Em campanha eleitoral podia-se dizer tudo, mas o patamar local e o nacional eram distintos, sendo que viviam dentro do nacional, em Tavira, pelo que tinham de cuidar da causa pública taviense.

----O Membro João Carvalho disse que era precisamente ao que se referia. _____

----O Presidente da Câmara realçou que se assim era o Membro tinha-se expressado mal porque estando em Portugal tinham responsabilidades para com as comunidades e tanto quanto sabia, para cuidar de uma comunidade era necessário ter receita, verba para poder dar resposta às questões mais

elementares dessa comunidade para não haver reclamações com buracos nas estradas que ninguém reparava, que os autocarros para transporte dos alunos estavam avariados e não eram reparados, que a alimentação nas escolas não era suficiente, sendo que todos reclamariam e a Câmara não dispunha de verba para resolver. _____

----O que pretendiam era que os impostos municipais estivessem colocados num patamar suficiente, com a prestativa de desagravamento, para puderem realizar os investimentos projetados, as candidaturas que estavam a apresentar e liquidar as despesas correntes da Câmara, dispondo do suficiente para atingir o ponto de equilíbrio com a liquidação do elementar e mantendo a consciência social de que, de facto, era quase campeão, pelo que não avançavam para todas as obras, para todos os desafios, sobre o que tinha andado a justificar o porquê de não estarem a executar mais obra no terreno, simplesmente porque não dispunham de verba, como continuavam a não dispor. O Concelho de Tavira não correspondia a uma ilha isolada do País, que se encontrava pobre, pelo que tinham que cobrar o suficiente para fazer face ao que tinham que tratar. _____

----Dirigindo-se ao Membro João Carvalho afirmou que certamente não iria salvar Portugal mas com o seu contributo e com uma atitude responsável por parte do Executivo e bancada do PS, seguramente que Portugal não ficaria em pior situação pela sua ação e, com a votação da bancada da oposição, certamente que o Município de Tavira, com o orçamento que iriam apresentar e com a margem de impostos municipais que ali iam votar naquele ponto da Ordem de Trabalhos, seguramente que no ano de dois mil e catorze teriam uma Câmara preparada para fazer face às necessidades básicas, sem excessos, sem exageros e sem luxos, mas que conseguiriam, pelo menos, resolver aquelas que eram as necessidades para com a sua comunidade sendo o que os movia quando se apresentavam a eleições.

----Para terminar e referindo-se à intervenção do Membro Brandão Pires disse que pretendia, obviamente, agradecer a proposta de zero virgula quatro que era uma proposta fundamentada e sustentada como os membros teriam oportunidade de verificar quando da apresentação do relatório e conta concluindo qual tinha sido o nível da Câmara e como tudo se encaixava sendo que tinham um orçamento muito realista, na linha do que já tinham apresentado no ano transato e que esperava no final do ano seguinte, na sua discussão, pudessem estar mais próximo da proposta do Membro Antero Romeira por terem alcançado um patamar em que fosse possível desagrar as taxas que seria agradável contudo, naquela fase concreta, não o conseguiam porque não conheciam todas as variáveis.

----O Membro João Carvalho referiu que o Presidente da Câmara tinha considerado, ou pelo menos insinuado, que a sua proposta era demagógica. Referiu que não se sentisse melindrado por ele, por “*portas e travessas*” estar a tratá-lo por Passos Coelho porque ele também não se sentia nada confortável por estar a fazer de António José Seguro. Era certo que as eleições tinham terminado mas ele estava ali a representar as pessoas que o tinham elegido, sendo que a sua intervenção tinha sido

relativamente a elas. _____

----Continuou mencionando que o Presidente da Câmara tinha exprimido precisamente o que ele próprio tinha afirmado ao referir-se ao plano nacional, contudo, constitucionalmente o Governo tinha cortado verba à Câmara e agravado os impostos, o que se refletia nas famílias sendo, precisamente, o que iria acontecer, pelo que podiam ver através da televisão quando fosse anunciado que o Tribunal Constitucional chumbava a medida proposta, também o Governo iria aumentar o IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado. Assim, apenas pretendia frisar que esperava que da parte do Presidente da Câmara houvesse outro tipo de imaginação que não a subida de impostos às famílias. _____

----Para terminar, referiu que numa altura em que as famílias estavam a passar tão mal, esperava-se que o Presidente da Câmara no corrente ano tivesse a sensibilidade social e fizesse uma alteração no sentido de baixar as taxas. Não as tinha subido, mas tinha-as mantido. _____

----O Presidente da Câmara respondeu que os considerandos ficavam mas que apenas queria explicar que sensibilidade social era terem uma família com dificuldades e poderem ajudar, terem crianças na escola e poderem providenciar as necessidades, terem habitações sociais a necessitarem de reparações e conseguirem repará-las, terem as Freguesias que auxiliavam muitas pessoas e poderem contribuir. A possibilidade de tratar dos assuntos das pessoas era sensibilidade social e todas as Freguesias o faziam, sendo o que os seus Presidentes, o Presidente da Câmara e a Vereação faziam, porque desde que tivessem como preocupação as pessoas a quem podiam dar uma palavra mas se não conseguissem auxiliar com capacidade financeira, as palavras ajudavam mas que os membros acreditassem, por vezes não eram suficientes pelo que tinham que estar preparados. Os tempos avizinhavam-se difíceis, sendo que veriam o que aconteceria no ano seguinte, quais seriam as condições impostas pelo Governo entre outras. _____

----Terminou referindo que relativamente a citação do nome de António José Seguro nem fazia comentários. _____

----O Presidente da Assembleia indagou se mais alguém queria intervir sobre aquela proposta. _____

----O Membro Antero Romeira questionou se existia de facto um levantamento total dos prédios degradados, ao que o Presidente da Câmara respondeu que existia. _____

----O Membro Antero Romeira perguntou ainda se, já tendo sido elaborado o levantamento, e estando todos os prédios degradados identificados, também estavam identificados os seus proprietários, e se existia alguma informação sobre se, na sua maioria, seriam pessoas com médio e baixo rendimento. ____

----O Presidente da Câmara respondeu que não dispunham daquele tipo de informação. Acrescentou que tendo o IMI sido criado no Município de Tavira há cerca de dez anos, a questão da majoração da penalização, sendo que os proprietários eram mais ou menos os mesmos, já se praticava. Obviamente que no presente devido à questão das matrizes e depois à cláusula de salvaguarda aquela questão fazia

muito mais sentido, pelo que, no ano anterior tinha aprovado a ARU que sendo um documento técnico, continha em anexo as fichas com a identificação e caracterização de todos os prédios naquela situação.

----Continuou referindo que, logicamente, porque se tratavam de casas degradadas, muitas delas em ruínas onde ninguém habitava, existia a isenção total de taxas em caso de reabilitação, porque sabendo da procura de casas naquela zona que tinha passado a ser apetecível, era necessária uma ferramenta para conduzir à reabilitação dos centros históricos, pois tinham cerca de vinte casa degradadas naquela zona necessitando de reabilitação, pelo que iam regulamentar através das taxas porque, de momento, a isenção era necessária. Muitas vezes as famílias não tinham meios, o que não podiam ignorar, contudo porque sabiam da procura de casas no Centro Histórico, dispunham de uma forma de penalizar uma situação concreta de um proprietário com uma casa naquele local, caso contrário corriam o risco de vir a ter muito mais casas degradadas na zona. _____

----Dispunham pois, de uma ferramenta que se os membros reparassem, já algumas casas estavam a ser reabilitadas, nomeadamente na Rua da Liberdade, estando convictos que após a publicação do regulamento outras mais poderiam vir a ser. Assim, verificavam que a dinâmica se começava a encadear sendo que até podiam admitir que, no limite, se esta fosse consequente, pudessem vir a deixar de penalizar. _____

----O Presidente da Câmara concluiu referindo que até à presente data tinham sido poucas as casas reabilitadas e muitas delas por parte de imobiliárias o que se podia verificar pelas placas. O universo das casas incluídas na ARU era de cerca de cinquenta no Centro Histórico sendo que o total de casas naquelas condições não era muito maior. _____

----O Presidente da Assembleia referiu que ia colocar à votação a proposta 181/2013/CM, que foi aprovada por maioria com dezassete votos a favor, um voto contra e nove abstenções. _____

----Informou que os pontos números dois e três da Ordem de Trabalhos eram idênticos, pelo que se os membros não se importassem iriam discuti-los e vota-los em simultâneo, pois tratava-se da nomeação de fiscal único. Assim passava à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 183/2013/CM, referente à EMPET – Empresa Municipal de Parques Empresariais de Tavira EM – Nomeação de Fiscal Único e à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 184/2013/CM, referente à TaviraVerde – Empresa Municipal de Ambiente EM SA – Nomeação de Fiscal Único. _____

----O Presidente da Câmara referiu que resultava do cumprimento de uma obrigação legal por as empresas municipais terem que possuir um fiscal único, sendo que tanto na EMPET como na TaviraVerde se dava aquela incidência o que já acontecia já há algum tempo. Desde que as empresas tinham sido criadas que o fiscal único era a Sociedade Isabel Paiva Miguel Galvão & Associados que consideravam ter vindo a realizar um trabalho positivo. Como os membros sabiam, ambas as empresas

tinham obtido, até ao momento, resultados positivos sendo que a proposta era para a renovação daquela nomeação para que a sociedade continuasse a ser o fiscal único de ambas as empresas. _____

----O Presidente da Assembleia verificando que nenhum dos presentes pretendia pronunciar-se, colocou a proposta a votação, que foi aprovada por unanimidade. _____

----Passou ao ponto número quatro da Ordem de Trabalhos sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 185/2013/CM, referente à alteração da composição do Júri para o procedimento concursal para provimento do cargo de Chefe de Divisão de Planeamento, Turismo, Relações Públicas e Fiscalização (351-Div/13), acrescentando que se tratava da alteração do júri que anteriormente estava indicado e cuja substituição tinha que ocorrer por força dos resultados eleitorais.

----O Presidente da Câmara informou que de facto assim era. Tinham dois processos a decorrer para os quais tinham solicitado júris a Câmara Municipais e Universidade do Algarve. Naqueles casos concretos tratava-se de dois júris liderados pelo anterior Vice-Presidente da Câmara, Luís Nunes, que como os membros sabiam, tinha saído do Executivo sendo que por isso, tinha que ser substituído, sendo que propunham a Vice-Presidente Ana Paula Martins. _____

----O Presidente da Assembleia referiu que se os membros não vissem objeção, também poderiam discutir e votar em simultâneo as propostas da Câmara Municipal número 185/2013/CM, referente à alteração da composição do Júri para o procedimento concursal para provimento do cargo de Chefe de Divisão de Planeamento, Turismo, Relações Públicas e Fiscalização (351-Div/13) e apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 186/2013/CM, referente à alteração da composição do Júri para o procedimento concursal para provimento do cargo de Chefe de Divisão de Cultura, Património e Museus (353-Div/13), sendo que a única alteração era referente ao presidente do júri tendo passado a ser a Vice-Presidente do Executivo Ana Paula Martins. _____

----Questionou se alguém pretendia pronunciar-se depois da explicação dada pelo Presidente da Câmara. _____

----O Membro José Graça alertou para o facto de existir uma outra alteração. Havia um membro do júri que devido à sessação de funções de Cristina Neto na Câmara de Faro, esta tinha sido substituída por Luís Guerreiro da Câmara de Loulé. _____

----O Presidente da Assembleia indagou se tinham sido substituídas nas duas. _____

----A Vice-Presidente esclareceu que aquela alteração se referia apenas a uma proposta, dado que estava indicada como elemento do júri para o procedimento concursal para provimento do cargo de Chefe de Divisão de Planeamento, Turismo, Relações Públicas e Fiscalização, tendo passado a ser outra pessoa indicada pela Câmara de Loulé. _____

----O Presidente da Assembleia perguntou se havia mais alguma questão relativamente às propostas 185/2013/CM e 186/2013/CM, que não se verificando, colocou as propostas a votação tendo sido

aprovadas por unanimidade. _____

----Passou à leitura das minutas que foram aprovadas por unanimidade. _____

----O Presidente da Assembleia referiu que antes de terminar iria passar a palavra ao público para que, caso pretendesse intervir sobre algum assunto que não tivesse feito parte da Ordem de Trabalho, se inscrevesse identificando-se. _____

----O Município Jorge Pereira referindo-se ao facto do Membro João Carvalho ter mencionado que não havia imaginação para as dificuldades existente, queria abordar uma questão sobre o que já há muito vinha a insistir. Citava como exemplo uma pessoa que não tivesse dinheiro para liquidar a renda de uma habitação social, se passasse um segundo do prazo era imediatamente penalizada com cinquenta por cento de acréscimo, sendo que, nem o Banco da Suíça cobrava tanto. Já tinha falado com os vários Executivos no sentido de que tal não acontecesse, pois considerava um crime uma vez que as pessoas não tinham dinheiro nem sequer para comer. _____

----O Município Mário Ruas mencionou que apenas pretendia colocar uma questão pontual relativa à Rua Borda D'Água da Asseca sobre o que presumia e espera que depois da intervenção que ali estava a ser realizada, em que estava a ser executado um parque de estacionamento, a rua também fosse arranjada, remodelada, uma vez que já era doloroso circular por debaixo da ponte ferroviária devido a uma lombada ali existente. _____

----Queria ainda referir se finalmente iriam conseguir ver ordenado o território do estacionamento localizado em frente do Restaurante O Ciclista, pois tinha-se executado, e bem, o estacionamento ao longo da Rua, em frente à Escola Fixa de Trânsito, mas, na verdade, bastava ir almoçar àquele restaurante para perceber que o estacionamento mencionado não era utilizado sendo que, ao invés, representava grande perigo quer para os transeuntes quer para os condutores, e esperava que não saísse ninguém do restaurante com elevada taxa de álcool e atropelasse alguma criança sendo preso, o que considerava que poderia acontecer pois circulava diariamente por aquele local. _____

----Para terminar, queria solicitar e, não era necessário referir que a questão já vinha do anterior Executivo, que não executassem mais estacionamentos na margem do rio pois considerava que era um espaço para se usufruir, para caminhar, para fazer piqueniques. _____

----O Município Luís Filipe Monteiro indicou que tinha um conjunto de questões que gostaria de colocar ao Executivo. Naquela sessão muito se tinha falado em sensibilidade social que parecia ser a imagem do Presidente da Câmara, sendo pois, sobre a ação social que pretendia questionar o Executivo. _____

----Pedia que o Presidente da Câmara confirmasse que desde fevereiro anterior não se realizava qualquer plenário do Conselho Local de Ação Social a que presidia. _____

----O Presidente da Assembleia referiu que o Município poderia continuar que as respostas ser-lhe-iam dadas no final da sua intervenção. _____

----O Município Luís Filipe Monteiro questionou se o Presidente da Câmara confirmava e simultaneamente que lhe explicasse as razões pelas quais não tinha sido convocada qualquer sessão daquele plenário quer ordinária ou extraordinária sendo que também gostava de saber sobre quem e como tinha sido efetuada, durante os nove meses anteriores, a articulação e a integração dos contributos das entidades que o constituíam com vista ao planeamento estratégico e à coordenação da intervenção social no Conselho. Concluiu referindo que gostava de saber sobre a ação social. _____

----O Presidente da Câmara referindo-se à primeira intervenção mencionou que a questão do acréscimo de cinquenta por cento na renda iria ser alterada, revista de forma ser suavizada e de aplicação gradual. Aquela penalização iria ser alterada com a entrada em vigor do novo Orçamento, sendo que ainda não tinha dado o despacho mas iria tentar que as pessoas liquidassem as rendas com o valor revisto e os processos de execução arquivados. _____

----Quanto à Rua Borda D'Água da Asseca a resposta era positiva, contudo iria levar algum tempo. Aquela intervenção estava dividida em três por falta de verba para uma execução global. No presente estavam a executar o Parque Verde do Séqua que incluía a pavimentação desde a ponte ferroviária até à entrada da Rua João Vaz Corte Real. A segunda empreitada, que estava a ser candidatada a fundos regionais, referia-se à Rua João Vaz Corte Real até ao Jardim da Alagoa, sendo que haveria uma terceira empreitada, também a ser candidatada, referente ao espaço desde a ponte ferroviária até à Estrada Nacional 125. Esperavam a aprovação para conseguirem com aqueles três blocos alcançar uma posição uniforme porque não dispunham de verba para executar tudo numa só intervenção. _____

----Relativamente ao estacionamento constituía uma parte do projeto da terceira fase, que continha o acesso à Estrada Nacional 125, que ainda não estava tratada, apresentada, sendo que ficava a sugestão. Naquele momento o projeto estava a ser elaborado, pelo que tinha acabado de responder relativamente ao parque de estacionamento do restaurante. _____

----Sobre o estacionamento nas margens do rio, como o Município poderia verificar, aquele projeto não compreendia apenas parque de estacionamento, sendo que mesmo junto ao rio continha uma passagem pedonal e ciclovía. Teria de facto, um parque de estacionamento com um corredor, uma parte interessante que passava por debaixo da ponte e ligava à Escola Fixa de Transito, pelo que, juntando todas as peças iriam tentar que houvesse um corredor junto à margem. De facto, na outra margem tinha sido executado apenas um parque de estacionamento com um pequeno passeio, todavia, no caso em apreço existia uma zona pedonal. O projeto que tinha sido muito moroso e já existente tendo apenas sofrido algumas adaptações. _____

----O Presidente da Câmara continuou referindo que relativamente à terceira questão, a rede social tinha realizado plenários com alguma regularidade, admitindo que já não reunia há algum tempo. Presentemente tinha ocorrido alterações ao pelouro, pelo que se estavam a reorganizar de modo a

voltarem a ter reuniões regulares da rede social. Porém a interação com as Associações ia funcionando tanto mais que a ajuda ia chegando às pessoas. Quanto à questão da integração da Associação que Luís Monteiro representava, como já lhe tinha referido em reuniões, a Associação Raiz seria integrada no próximo plenário da Rede Social proferindo, dentro da rede, os comentários que entendesse e, seguramente com grande capacidade, tentando melhorar com os contributos prestados na rede. Depois, certamente definiria ou participaria na definição do plano de desenvolvimento social no Concelho para os próximos quatro anos, elaborado em núcleo executivo e aprovado pela rede. _____

----Afirmou que aquela era a questão, que a Associação Raiz pretendia participar, contudo era relativamente jovem com ideias e ações no terreno a que a Câmara ia respondendo de acordo com o que tinham e com a sua estratégia, porque não bastava ter uma ideia para que ela fosse aprovada, sendo que dependia um pouco da estratégia definida. _____

----Para terminar disse que pensava ter respondido às questões, que admitia que não respondia há algum tempo mas o plano iria ser formatado presentemente, na nova rede social que reuniria nos próximos tempos, no mês de janeiro, onde iriam tentar disponibilizar alguma verba para canalizar para o plano que fosse definido. _____

----O Município Luís Filipe Monteiro referiu que além das perguntas que tinha formulado ainda tinha mais questões mas que pretendia esclarecer que estava ali na qualidade de Município e não de dirigente associativo sendo que, o Presidente não lhe tinha respondido às perguntas concretas que tinha colocado. _____

----Há nove meses que não se realizava uma reunião do Plenário Local da Ação Social, tendo o Presidente da Câmara apenas respondido, que há algum tempo não se realizava. Também não tinha explicado as razões porque não tinha sido convocado qualquer plenário. Relativamente à questão de quem e como tinha sido efetuada a articulação dos contributos das entidades que constituíam o Conselho, também não tinha respondido, contudo queria mencionar um assunto relativo aos imóveis municipais e contratos de comodato. _____

----Tinha-lhe sido transmitido pela Vice-Presidente que há cerca de um ano e meio a Câmara tinha mandado os serviços efetuarem uma inspeção aos bens públicos geridos pela Câmara e respetivos contratos de comodato, sobre o que solicitava a confirmação por parte do Presidente da Câmara. Questionava se a inspeção se tinha realizado e quais tinham sido as conclusões. Face à situação de muito escassa ou rara utilização por parte de algumas Entidades de muitos desses imóveis, existiam na cidade vários que não tinham qualquer tipo de utilização que trouxesse benefícios à comunidade. Essa situação era notória e do conhecimento geral de que havia varias sedes de Associações, Clubes e outros que talvez abrissem uma vez por mês para recolha da correspondência sendo que no restante tempo nada mais se passava. Continham algumas taças, algumas tinham as cortinas fechadas, teias nas portas

e correio no chão, sendo que até tinha algumas fotografias para o documentar. Assim, questionava sobre o que pensava o Executivo fazer àqueles imóveis, reforçando que já se encontravam identificados.

----Passando a outro assunto, aquele mais específico, referia que por altura das últimas eleições autárquicas tinha surgido na imprensa regional e nacional, uma notícia relativa a factos ocorridos numa antiga sala de aula da Escola Nº 2 de Santa Luzia. Sabia-se que aquela sala tinha sido cedida ao projeto ABL – Aprender a Brincar e Ler da Associação Âncora. Pedia pois, que o Presidente da Câmara confirmasse ou não se aquele projeto se tratava de um negócio. _____

----O Município Luís Filipe Monteiro continuou referindo que em Santa Luzia não existia qualquer resposta social de atividades de tempos livres para crianças e jovens embora constituísse uma necessidade. Assim, não era necessário efetuar um diagnóstico muito científico para perceber que embora fosse uma necessidade não existia uma resposta social de atividades de tempos livres com protocolo ou contrato com a Segurança Social, o que solicitava que o Presidente confirmasse ou não. ____

----O Município questionou ainda porque não tinha sido colmatado através de uma resposta protocolada com a Segurança Social, visto que sendo o ABL um negócio haveria um preço a pagar não podendo as crianças mais desfavorecidas frequentá-lo por não terem dinheiro. _____

----Para terminar pediu que o Presidente da Câmara confirmasse ou não, se as salas tinham sido cedidas, pois relativamente a uma desconhecia mas, pelo menos, estava ocupada pelo ABL por altura das eleições autárquicas, e qual era o tipo de contrato existente entre a Câmara e, suponha, a Associação Âncora. _____

----O Presidente da Assembleia questionou se o Município tinha terminado para que o Presidente da Câmara pudesse responder. _____

----O Presidente da Câmara referiu que pretendia responder porque sobre todas aquelas questões já tinham inúmeros *emails* para responder, já tendo, inclusivamente, uma queixa na provedoria que também estavam a responder, pelo que, haviam questões a que podia responder e outras que responderia por escrito na sequência dos *emails* que lhe tinham sido remetidos. _____

----Tendo o Município pedido licença para interromper, o Presidente da Assembleia afirmou que já tinha colocado as questões, feito a intervenção não tendo sido interrompido embora já tivesse ultrapassado o tempo a que tinha direito, mas tinha tido o cuidado de não o interromper, pelo que, devia deixar o Presidente da Câmara responder, pois não era obrigado a fazê-lo muito menos pela forma como as perguntas tinham sido formuladas, solicitando a confirmação do Presidente da Câmara. _____

----O Presidente da Câmara disse que relativamente aos imóveis e às sedes dos Clubes, de facto, há cerca de seis meses tinha sido dada indicação para ser elaborado um levantamento. Ainda antes de se deslocar para aquela sessão tinha deixado um despacho para que o levantamento fosse atualizado pela equipa de fiscalização que, seguramente iria levar o mês seguinte a realizar, pelo que esperava ter

resultados no mês de janeiro sobre a situação concreta de todos os espaços devolutos relativos a todos os Clubes. Assim, tinha despachado no sentido de que a fiscalização municipal visitasse todos os Clubes, todos os espaços com contratos de comodato para verificarem se estavam ou não a funcionar e em que condições se encontravam. Portanto, toda a situação seria avaliada esperando que o trabalho lhe fosse apresentado nos próximos tempos, considerando que um mês seria tempo razoável para aquele trabalho ser elaborado. _____

----Quanto ao espaço em Santa Luzia referia que não existia um contrato de comodato para a utilização da Escola Nº 2, mas sim um contrato de comodato para a utilização de duas salas posteriores ao edifício da Escola, uma para o Santaluziense e outra para a Associação Almadrava. _____

----Relativamente à Associação Âncora que tinha ocupado o edifício em frente, que era para ser um Centro de Saúde mas cujo projeto não tinha avançado, tendo este ficado sempre numa espécie de gestão conjunta entre a Junta de Freguesia de Santa Luzia e a Câmara Municipal, sendo que ambas possuíam a chave, para disponibilizarem às Associações. Aquela situação não constava no protocolo, contudo existia bom senso para que as instalações pudessem ser utilizadas. A situação concreta a que o Município se referia era resultante do facto da Associação Âncora, que já utilizava aquela sala para ter um espaço para as crianças, em determinada altura anterior às eleições, tinham pretendido ocupar uma segunda sala o que tinha levantado a questão mencionada. O certo era que não existia qualquer contrato de comodato e que a Câmara estava a tentar fazer com que a questão se resolvesse em termos da Comunidade de Santa Luzia. O Presidente da Junta de Freguesia também conhecia as questões porque aquele espaço não seria para estar afeto a uma função, embora pudesse servir para uma atividade pontual com as crianças, como teatro ou outra atividade, sendo que a gestão seria conjunta mas na disponibilidade do Presidente da Junta de Freguesia. _____

----Acrescentou que quanto às questões relacionadas com a Segurança Social tinha que questionar aquela Entidade pois desconhecia porque não elaboravam acordos, até porque já tendo deixado as funções que ali tinha exercido há bastante tempo e a Câmara não tendo acordos para o espaço a monitorização ou fiscalização de espaços de ATL – Atividade Tempos Livres era da responsabilidade da Segurança Social. Assim, se o Município tivesse alguma reclamação a apresentar deveria queixar-se à Segurança Social que, seguramente, efetuariam a fiscalização mas que, já tendo sido o seu trabalho, presentemente não sendo, tinha ideia de que não estaria em situação ilegal, sabendo que as crianças o frequentavam diariamente. _____

----Para terminar, afirmou que a questão se prendia com a falta de espaços, mas pensava que assim que houvessem espaços disponíveis todo o manancial de queixas poderia de alguma forma ser reduzido. Sabia que existiam várias pretensões para vários espaços mas no caso concreto da Escola Nº 2 de Santa Luzia, não existia nenhum contrato de comodato. _____

----O Município Luís Filipe Monteiro referiu que havia uma questão que o Presidente da Câmara não tinha respondido e que era muito concreta pelo que gostaria de uma resposta de sim ou não. A questão era se o ABL se tratava de um negócio. _____

----O Presidente da Câmara respondeu que era político, não polícia ou da PJ – Policia Judiciária. Se era um negócio o Município tinha formas de o verificar, pedindo uma fiscalização e apresentando queixa nas Entidades competentes. O que sabia era que a Associação Âncora era uma Instituição de Solidariedade Social, reconhecida no Concelho de Tavira, com uma função meritória e que não devia ser enlameada por declarações descabidas como referir que um apoio social que estava a servir os santaluzienses, se tratava de um negócio. _____

----Acrescentou que se apoio social era um negócio só o seria para alguns porque, para ele, apoio social ou ter uma porta aberta para acolher crianças ao final da tarde ou fazer algumas atividades como teatrais ou outras, era atividade social de apoio às famílias, recusando-se a catalogar as ações que desenvolviam da forma que o Município o estava a fazer. _____

----O Município Luís Filipe Monteiro mencionou que apenas pretendia ler o que constava no *blog* do ABL. *“ABL – Franchising. O ABL iniciou em 2010 uma política de franchising, no sentido de tirar partido do bom nome que a marca granjeou e das boas práticas postas e adotadas na atividade diária. Caso sinta que esta é uma área de negócio que lhe interessa e que se identifica com os valores e filosofia que perfilhamos, por favor entre em contacto conosco: abl@ancora.org.pt”*. Assim, questionava se o Presidente da Câmara tinha conhecimento que tinha cedido duas salas a um ABL que se apresentava como um negócio. _____

----O Presidente da Câmara disse que por respeito àquela Assembleia não iria responder pois parecia-lhe que as questões tinham entrado no campo da provocação. Assim, recomendava que se o Município tinha algo a queixar-se o fizesse junto das Entidades competentes. _____

----O Presidente da Assembleia referiu que o assunto estava encerrado e que considerava que o Presidente da Câmara já tinha respondido, até mais do que ele próprio o teria feito, pelo que questionava se mais algum Município pretendia intervir. _____

----A Município Noélia Falcão disse que gostava de colocar uma questão relativa ao que chamavam, e que desculpassem o termo, *“panela”* que tinha sido desmantelada e cujo mau cheiro se fazia sentir na Urbanização junto ao Centro Comercial Gran Plaza, sendo que este se tinha novamente feito sentir. Tinham-lhe dito, pois não tinha reparado, mas parecia que no lugar existia algo, mais pequeno e mais disfarçado, sendo certo que tinha voltado a cheirar mal dentro da Urbanização. No inverno não acontecia, contudo assim que voltasse o verão iria acontecer. Era uma preocupação que tinha pelo que gostava de saber se lhe podiam dizer algo que a descansasse relativamente à questão. _____

----O Presidente da Câmara referiu quanto aos cheiros, estes teriam que ser identificados para ser

averiguada a sua proveniência. O que podia garantir era que as lagoas existentes no caminho para o Hotel Albacora estavam desmanteladas, secas, ainda que devido à chuva que se tinha feito sentir pudessem ter alguma água, contudo desde fevereiro do ano transato que o saneamento seguia para a ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais no Almargem, não tendo conhecimento de qualquer anomalia, qualquer descarga, ou enchimento de lagoa. Por isso, agradecia que a Muniçipe reportasse à Câmara quando se verificasse novamente o mau cheiro para que, após comunicação ao Ambiente, fosse possível identificar a sua proveniência que podia vir do Concelho vizinho, de uma rotura ou qualquer outra situação. Porém, certamente que não provinha das lagoas pois bastava lá ir para verificar que se encontravam secas, até porque no verão anterior não se tinham verificado maus cheiros embora estas tivessem uma camada de massa seca que ainda teria que ser removida. _____

----Concluiu referindo que era importante sinalizar a questão. _____

----O Presidente da Assembleia indagou se havia mais alguma questão. _____

----O Muniçipe Jorge Pereira referiu que apenas queria saber se ia haver iluminação de Natal e Réveillon.

----O Presidente da Câmara informou que no corrente ano apenas teriam uma peça de Natal pois tinham passado do patamar de gastarem seiscentos mil euros em iluminação de Natal para três mil e duzentos euros. Assim, tinham apenas uma árvore de Natal localizada em frente ao Edifício dos Paços do Concelho que, no corrente ano era verde tendo sido branca no ano transato e constituía-se como o único motivo de Natal porque não dispunham de verba para mais. Relativamente ao Réveillon iriam fazer uma festa normal semelhante à do ano anterior, com um grupo que tocava rock português e com oito minutos de fogo-de-artifício que representava o único momento que Tavira tinha fogo-de-artifício. Seria pois, uma festa normal, na linha do que habitualmente era feito e com a presença de um *Disc Jockey*. _____

----Acrescentou que no dia quatro iria haver um concerto de ano novo e que se iria realizar também, um concerto de coros, o festival de charolas e um concerto da Orquestra Clássica do Sul. _____

----Para finalizar informou que a programação estaria prestes a sair. _____

----O Presidente da Assembleia perguntou se havia mais alguma intervenção e passou a palavra ao Membro José Mateus. _____

----O Membro José Mateus disse que na sequência das questões de Natal e iluminação, gostava de informar que a partir das oito horas do dia seguinte começariam a ser colocadas na cidade, na Freguesia de Tavira seis árvores de natal cuja avaliação deixava ao critério de cada um, sendo que tinham tido um custo bastante reduzido não chegando aos duzentos euros. Considerava que eram bonitas e que todos poderiam apreciar. _____

----O Membro Carlos Rodrigues referiu que já que estavam em publicidade referente aos eventos natalícios, aproveitava a oportunidade para convidar todos, para entre os dias vinte e vinte cinco,

visitarem Santa Luzia pois iriam, com a colaboração de alguma pessoas amigas e algumas Entidades que a eles se tinham juntado, realizar a Vila Natal. Portanto, o Natal no Concelho de Tavira ia acontecer em Santa Luzia onde contavam com a presença do Avô Cantigas que ia a Santa Luzia por um custo bastante reduzido, um concerto pela Banda Uns e Outros, a Banda de Tavira iria realizar um concerto a partir do alto da Igreja de Santa Luzia, teriam um Pai Natal para tirar fotografias, um *show* diário com animais provenientes do Aquashow e mais um conjunto de eventos que se iriam realizar ao longo daqueles dias. Não tinha tido um custo de duzentos euros mas passava um pouco mais. _____

----Acrescentou que tendo a Câmara Municipal de Tavira cedido graciosamente o PA – “*Performance Artist*” tinham que pagar oitocentos euros aos técnicos para lá estarem quatro dias, representando aquele o custo mais elevado que tinham que suportar. Assim, o grande encargo era para com os técnicos que trabalhavam para a Câmara Municipal e que infelizmente não podiam ser substituídos porque tendo a Câmara contratado aquela empresa, só eles podiam trabalhar com o PA da Câmara. Assim, considerava que era pena e não dispendo a Junta de Freguesia daquela verba teria que conseguirla, provavelmente através de pessoas que iriam colaborar com a Junta de Freguesia no sentido de conseguirem angariar a verba para o pagamento dos técnicos de som. _____

----Concluiu referindo que quem quisesse brincar ao Natal, quem quisesse ir beber um chá quente, comer um bolo, beber um café, Santa Luzia iria ter uns locais para tal, bem como, uma pequena feira de artesanato. Reiterou o convite a todos. _____

----A Muniçipe Tela Leão disse que não ia colocar qualquer questão mas considerando o encadeamento daquela Assembleia, gostava de saber se iria ser elaborada alguma regulamentação para os artistas, as pessoas que lidavam com os temas da cultura de modo a que no Concelho de Tavira fosse possível candidatar-se sob uma regulamentação existente que fosse transparente, igual para todos e com projetos culturais. _____

----Acrescentou que não era necessário que lhe respondessem de imediato até porque tendo em conta a votação das propostas daquela Assembleia percebia-se que iria começar a verificar-se uma modificação na área da cultura, com a integração de novo pessoal, uma candidatura nova à área, pelo que talvez existissem modificações no horizonte. Assim, não estava a pedir que lhe respondessem mas tratava-se de algo que já há algum tempo considerava ser benéfico para todos, como era o caso da regulamentação do material, da questão que tinha acabado de ser apresentada e um conjunto de outras questões. _____

----O Presidente da Câmara referiu que já existia um regulamento sobre o material e, relativamente à outra questão que considerava mais importante, estava presentemente a ser elaborado um regulamento, sendo que tinham colocado no programa a questão do apoio à criatividade, à criação artística, que teria um regulamento próprio relacionado com as candidaturas, estando ainda a ser

formatado, não fechado, de modo a que se pudessem candidatar e apresentar o que pretendiam executar para que fosse previsto no Orçamento, que ali iriam apresentar. Já existia verba para apoio à criatividade, para apoios culturais que poderiam ser escolhidos, sendo por isso que tinham, de alguma forma, colocado no programa “*apoiar a criatividade*” e que resultava de algumas conversas que tinham mantido. _____

---Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia agradeceu e deu por encerrada a sessão pelas vinte e duas horas e vinte minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois de assinada vai ser anexada à ata aprovada em minuta. _____

A MESA DA ASSEMBLEIA,
